

RECURSO ESPECIAL Nº 1.747.758 - MT (2018/0143274-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**
RECORRIDO : **ABRAHAO MARQUES DAMACENO**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça daquele ente federativo.

Consta dos autos que o recorrente foi pronunciado como incurso no art. 121, § 2º, II, III e IV, do Código Penal e que, submetido a julgamento perante o Conselho de Sentença, foi absolvido (e-STJ fls. 374/376).

Irresignada, a acusação interpôs recurso de apelação, com base no art. 593, III, *d*, do Código de Processo Penal, pugnando pela submissão do ora recorrente a novo julgamento, por entender que a decisão absolutória afrontara manifestamente a prova dos autos. A Corte de origem negou provimento ao recurso nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 420/421):

APELAÇÃO CRIMINAL - TRIBUNAL DO JÚRI - HOMICÍDIO DOLOSO TRIPLAMENTE QUALIFICADO ABSOLVIÇÃO PELA CORTE POPULAR APÓS AFIRMAÇÃO DA MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS - IRRESIGNAÇÃO DO ÓRGÃO ACUSADOR - ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE NA VOTAÇÃO DOS QUESITOS E JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS - INOCORRÊNCIA - DIREITO FUNDAMENTAL DA SOBERANIA DOS VEREDITOS - JURADOS QUE SÃO GUIADOS PELA ÍNTIMA CONVICÇÃO SEM VINCULAÇÃO A QUALQUER TESE SUSTENTADA E DEBATIDA EM PLENÁRIO - PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

O quesito genérico obrigatório do art. 483, III, do CPP - se o acusado deve ser absolvido — assume contornos de garantidor da soberania dos vereditos. independentemente das leses sustentadas pela defesa

em plenário. Trata-se, pois, de questionamento que abarca todas as teses defensivas, conforme expõe o art. 483, III, do CPP.

As decisões da Corte Popular devem ser respeitadas, em observância à soberania dos veredictos [art. 5.º, XXXVIII, "c" da CF], e à função de cada jurado que decide de acordo com a sua íntima convicção, sem necessidade de fundamentar juridicamente sua conclusão, seja pela absolvição, desclassificação [própria e imprópria], ou condenação, tanto que o STJ vem admitindo, inclusive, a absolvição por clemência, o que, em princípio, não se mostra totalmente descabido, mormente ante o teor da parte final do §3.º do art. 593 do CPP.

Convencimento atual do relator no sentido de que a possibilidade de anulação dos julgamentos absolutórios emanados do Tribunal do Júri, restringe-se às hipóteses de comprovada coação ou suborno dos jurados, em que a imparcialidade restaria vulnerada, porquanto a clara afirmação à soberania dos veredictos, obsta ao órgão *ad quem* a análise quanto ao mérito da acusação.

Decisão absolutória mantida. Recurso ministerial desprovido.

Dáí o presente recurso especial, no qual o *Parquet* alega violação ao art. 593, III, *d*, do Código de Processo Penal.

Em síntese, aduz que, mesmo após a reforma promovida pela Lei n. 11.639/08, persiste a possibilidade de interposição de apelação pelo Ministério Público contra julgamento absolutório proferido pelo Tribunal do Júri, com amparo no referido dispositivo legal.

Sustenta, a propósito, que "o duplo grau não foi eliminado e deve ser prestigiado, respeitadas as limitações decorrentes da soberania do Júri" e que, "embora a resposta dos jurados seja genérica, ela deve estar vinculada ao conjunto probatório, donde ser permitido ao tribunal de segundo grau examinar se as teses sustentadas pela defesa em plenário estão conforme a prova presente nos autos e, de qualquer modo, avaliar se a resposta dos jurados mostra coerência com o conjunto probatório" (e-STJ fl. 463).

Pleiteia a reforma do acórdão, "para que o recorrido seja levado a novo julgamento" (e-STJ fl. 463).

Contrarrazões às e-STJ fls. 467/474.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo

provimento do recurso (e-STJ fls. 488/499).

É, em síntese, o relatório.

Cumpre registrar, primeiramente, que a Terceira Seção desta Corte Superior, no julgamento do HC n. 323.409/RJ, acolheu a tese de que "a anulação da decisão absolutória do Conselho de Sentença, manifestamente contrária à prova dos autos, pelo Tribunal de Justiça, por ocasião do exame do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público (art. 593, III, 'd', do Código de Processo Penal), não viola a soberania dos veredictos."

Na oportunidade, consignou-se que "negar ao Ministério Público o direito ao recurso nas hipóteses de manifesto descompasso entre o veredicto popular e a prova dos autos implicaria violação à garantia do devido processo legal, que contempla, dentre outros elementos indispensáveis a sua configuração, o direito à igualdade entre as partes. (STF - HC 111207, Segunda Turma, Rel^a. Ministra Cármen Lúcia, SJe 17/12/2012)" (HC 323.409/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Rel. p/ Acórdão Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/02/2018, DJe 08/03/2018).

Nesse sentido, pacificou-se nesta Corte entendimento segundo o qual a absolvição do réu pelo Conselho de Sentença, ainda que por clemência, é passível de anulação pelo Tribunal local nas hipóteses em que verificada total dissonância entre a conclusão dos jurados e as provas dos autos.

A esse respeito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. TRIBUNAL DO JÚRI. ABSOLVIÇÃO. JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

A Terceira Seção do STJ firmou o entendimento de que a anulação da decisão absolutória do Conselho de Sentença, manifestamente contrária à prova dos autos, pelo Tribunal de Justiça, por ocasião do exame do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público (art. 593, III, "d", do CPP), não viola a

soberania dos veredictos.

A Corte estadual, ao analisar a insurgência manifestada pela acusação e dar provimento à apelação, demonstrou, de forma concreta e fundamentada, não haver nos autos suporte probatório para a decisão absolutória proferida pela Corte Popular.

Desconstituir esse entendimento demandaria a análise do conteúdo fático-probatório dos autos, providência obstada pelo enunciado da Súmula n. 7 do STJ.

Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 958.088/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 08/10/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. ANULAÇÃO DA DECISÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não viola o princípio da colegialidade a decisão monocrática do relator calcada em jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista a possibilidade de submissão do julgado ao exame do órgão colegiado, mediante a interposição de agravo regimental.

2. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que não ofende a soberania dos veredictos a anulação de decisão do Tribunal do Júri que se mostre manifestamente contrária a prova dos autos, ainda que os jurados tenham respondido positivamente ao terceiro quesito formulado nos termos do art. 483, § 2º, do CPP.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 1464793/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/08/2019)

Na espécie, portanto, deve ser reformado o acórdão recorrido, que adotou entendimento divergente da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ao concluir que "o recurso fundado no art. 593, III, do CPP, é exclusivo da defesa, o que implica considerar que somente em caso de condenação poderá o Tribunal analisar se a decisão dos jurados foi ou não contrária à prova dos autos" (e-STJ fl. 431).

Ante o exposto, **dou parcial provimento ao recurso especial para, reconhecido o cabimento do apelo ministerial interposto na origem, determinar à**

Superior Tribunal de Justiça

Corte Estadual que prossiga no julgamento do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator